

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO**

**NADJA MAYUMI FUJIWARA**

A Cidadania no Cinema Nacional – um estudo de Bye Bye Brasil, Central do Brasil e  
Tropa de Elite

São Paulo, setembro de 2011

NADJA MAYUMI

A Cidadania no Cinema Nacional – um estudo de Bye Bye Brasil, Central do Brasil e  
Tropa de Elite

Trabalho de Iniciação Científica apresentado ao  
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo sob a  
orientação do Prof. Dr. Ronaldo Mathias

São Paulo, setembro de 2011

**Resumo:** Esse estudo visa analisar os filmes: *Bye Bye Brasil*, dirigido por Cacá Diegues em 1979; *Central do Brasil*, de Walter Salles em 1998; *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha em 2007. Compreender como a questão da cidadania é abordada em cada produção por meio da narrativa e a linguagem audiovisual.

Palavras-Chave: Cidadania. Cinema. Brasil.

**Abstract:** this study aims to analyze the films: *Bye Bye Brazil*, directed by Carlos Diegues in 1979; *Central do Brazil*, Walter Salles in 1998; *Tropa de Elite*, directed by José Padilha in 2007. Understand how the question of citizenship is covered in each production through the audiovisual language and narrative.

Keywords: Citizenship. Cinema. Brazil.

## **Introdução**

O trabalho tem por objetivo estudar as mudanças ocorridas no conceito e na prática da cidadania no Brasil pós década de 50, sendo assim a primeira parte aborda o conceito da cidadania. A segunda parte caracteriza a linguagem cinematográfica, sua estética e como a cidadania é construída no audiovisual. Por fim, analisa três produções cinematográficas brasileiras levando em consideração esse recorte.

Como objetivo geral, o trabalho buscou entender o conceito de cidadania no Brasil a partir do cinema. Investigar como a prática da cidadania é construída pelo cinema brasileiro a partir da década de 70.

A metodologia de estudo foi sustentada pela reflexão teórica e histórica, com análises dos filmes; leitura e fichamento de livros sobre cinema, cidadania e história do Brasil.

## **A Cidadania no Brasil**

A ideia de cidadania vem do conceito de Estado Nação, criado na Revolução Francesa em 1789, do começo das lutas nas fronteiras geográficas e políticas do Estado-Nação. Da criação do conceito de luta política nacional, de união, da luta por direitos de cidadania. Nesse contexto, todos os homens eram iguais perante a Lei, não importava o nascimento ou a profissão. A partir desse momento a sociedade francesa tornou-se moderna, laica e seguindo a frase tema da revolução “Liberté, Egalité, Fraternité”; liberdade, igualdade e fraternidade. A partir desse momento, todos que fazem parte da sociedade tem o direito ao voto, a ser julgado e de ter sua propriedade.

Pós revolução francesa, esses conceitos foram difundidos por toda a Europa. No Brasil, além de demorar para chegar veio de forma “distorcida”. Sendo sempre “dada” ao povo e nunca conquistada, o conceito de cidadania foi-se perdendo até chegarmos aos dias atuais, no qual a cidadania é dado pelo poder de consumo e não por direitos conquistados.

Para entender o conceito de cidadania, temos que saber a divisão, criada por T.A. Marshall, entre as várias dimensões da mesma: os direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis são aqueles fundamentais a vida como: o direito de ir e vir e a liberdade de expressão. O direito político é o poder votar e ser votado (na concepção atual); e os direitos sociais são aqueles que dão participação na riqueza coletiva.

Apesar dessa separação, é importante perceber que sem os três direitos, não se tem a verdadeira expressão da cidadania. Um direito não traz por consequência o outro, mas sim a percepção da necessidade do outro. A existência de um pode implicar na necessidade da pré-existência de outro; como por exemplo o direito político que não existe sem o direito civil, mas já o oposto é possível.

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. (CARVALHO, 2009, p. 8)

Na Inglaterra, a cidadania desenvolveu-se com lentidão; primeiro os direitos civis no século XVIII, políticos no século XIX e sociais no século XX. Perante Marshall, essa distinção não é apenas cronológica, mas também lógica. A partir dos direitos civis o operário tem o direito de votar; podendo votar, ele começa a eleger outros operários. Podendo ser representado, cria-se o partido trabalhista que irá reivindicar os direitos sociais. A única exceção é a educação popular, que faz parte dos direitos sociais, mas é pré-requisito para a expansão dos outros direitos.

Já no Brasil, a ordem do desenvolvimento da cidadania deu-se diferente, com maior ênfase no direito social e sem a verdadeira luta das classes. O direito social foi o primeiro a ser “criado”, logo depois o civil e só então o político. A alteração na ordem afeta todo o conceito que o cidadão tem do seu papel naquele país. Mostra também como os direitos sociais foram usados pelo governo para “controlar” o povo brasileiro ao longo de tempo, afinal sempre foram cedendo direitos que estavam na eminência da luta, justamente para evitar que houvesse uma primeira luta. Nenhum dos direitos teve briga para a sua conquista. Nenhum dos direitos foi o povo que criou a consciência da sua força como classe ou como cidadão. Sempre que o governo percebia a necessidade, concedia direitos aos poucos e na medida em que ele achava seguro; seguindo Maquiavel com sua ideia de que o governante deve “fazer o mal de uma vez e o bem aos poucos”. Getúlio Vargas, “O Pai dos Pobres”, foi o político que mais utilizou desse “método” para conquistar a confiança, simpatia e fidelidade do povo. Sendo visto como um “grande pai” que sempre ajuda e sempre está do lado. Essa fidelidade que Getúlio criou foi uma das motivações para que houvesse o movimento de “Queremismo” em 1945, mesmo pós a ditadura do Estado Novo.

A concepção de cidadania no Brasil sempre foi distorcida. No século XVI, colonização da América, a “cidadania” era expansível apenas para os brancos e europeus. Indígenas, americanos e negros não participavam da camada social que tinha direitos, fosse o político, civil ou social. E também, a pequena parcela da sociedade que tinha qualquer acesso a um desses direitos não se interessava na luta política em benefício da igualdade social.

Os portugueses, durante toda a colonização por falta de interesse na criação de

um Brasil de fato, criaram na aqui um jardim de seu país, na qual não existia estímulo aos estudos, pensamento ou economia própria, nem a consolidação de um Estado. Tiveram sim a preocupação de criar uma unidade territorial, cultural e religiosa. “À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.” (CARVALHO, 2009, p. 18).

A sociedade por inteira era escravista, não só os senhores brancos como também os próprios escravos. Nesse meio como poderíamos ter a criação de cidadãos? Os escravos e indígenas não tinham os direitos civis básicos, eram propriedade daqueles que detinham, e esses tinham o direito sobre a vida ou a morte.

Os principais aspectos do Brasil atual foram criados logo que os portugueses se estabeleceram. A opção pela produção de monocultura em latifúndios escravistas iniciou a desigualdade socioeconômica no país. Eram poucos os que tinham acesso a terra, e para se ter a produção de açúcar era necessário um grande investimento de capital inicial e muita mão de obra. Não obstante o acesso a terra era limitado aos brancos portugueses.

Mesmo com o término da escravidão, a população não perdeu a mentalidade escravista. Os escravos foram soltos, mas nada foi feito para sua integração da sociedade. Não tinham estudo, local para morar, condições básicas de sobrevivência. Foram jogados à margem da sociedade, renegados. E também, nesse momento da história brasileira, ainda não podemos falar em “população brasileira”. Os ricos proprietários de terras eram portugueses, que queriam apenas enriquecer às custas da terra e da mão de obra barata. Seus filhos iam para a Europa estudar e muitas vezes exercer a profissão. Os escravos, cada um de um país, uma tribo, uma cultura não viam a nova terra como casa. De fato, não existia uma classe que pensava no “futuro da nação” (nem mesmo no sentido mais romântico que essa expressão possa ter). Não existia uma classe letrada ideologicamente afastada da Europa. Nesses termos, como podemos pensar em cidadania em um país que não é de ninguém e que ninguém quer desenvolver? Afinal, desenvolvimento para a elite da época era produzir para exportar mais, não importando o meio para tal. Não existia pensamento nacional, como diz Murilo de Carvalho: “o Brasil era uma realidade abstrata” (2009, p. 83).

No século XVIII inicia-se uma nova atividade: a mineração. Nesse contexto

encontramos uma sociedade mais urbanizada, com a inclusão de alguns outros setores econômicos e outras classes sociais. A mineração não exigia um grande volume de capital inicial nem muita mão de obra. Dentro dessas mudanças temos a possibilidade da mobilidade social e o aumento da tributação fiscal na região mineradora. A soma de todos esses fatores leva a região a status de propícia à rebelião política, fazendo as autoridades aumentar sua presença nos locais.

Um pouco depois, mas caminhando concomitantemente com a mineração e os latifúndios, teve início uma atividade pecuarista expressiva. Nessa organização econômica a necessidade de mão de obra também diminuía e, normalmente era livre (contratada). Temos então o aumento do isolamento da população em relação ao mundo da administração política e econômica do país. Era uma atividade que conseguia fugir do controle das autoridades por não ser totalmente fixa a terra. Ao mesmo tempo, o poder privado exercia o domínio sobre essas regiões, implantando leis e sendo a máquina de justiça. “O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas” (CARVALHO, 2009, p. 22).

Anos mais tarde temos o começo do que seria a indústria brasileira, presente principalmente no sudeste. Com a pressão internacional, principalmente da Inglaterra, e a necessidade de mão de obra qualificada para a nascente indústria, começa a vinda de imigrantes europeus. Esse novo trabalhador vai para as cidades nas máquinas industriais ou para os grandes campos de café. Os que ficavam na cidade, muitos italianos, vieram do começo da cultura dos sindicatos, conquistando poderes e com reputação na Europa. Com esse novo modo de pensar começamos a ter o esqueleto do que, talvez, um dia pudéssemos chamar de cidadania. A luta por melhoria de vida, melhor qualidade de trabalho, direitos e etc. Tanto que, mais a frente na história do Brasil temos, em 1917, a Greve Geral que paralisou São Paulo.

Sob o ponto de vista da cidadania, o movimento operário significou um avanço inegável, sobretudo no que se refere aos direitos civis. O movimento lutava por direitos básicos, como o de organizar-se, de manifestar-se, de escolher o trabalho, de fazer greve. (CARVALHO, 2009, p. 60).

Os anos se passaram e a política oligárquica brasileira não mudou. O governo era de poucos e para poucos, direcionado completamente para a aristocracia rural. Com o país vivendo as consequências da crise de 1929, Política do Café com Leite e o assassinato do político João Pessoa; cria-se um ambiente totalmente favorável a uma “Revolução”. A chamada Revolução de 1930 contou com o apoio de industriais, intelectuais, operários entre outros, visando à modernização do país com Getúlio Vargas no poder.

A década de 30 é divisora de águas. Temos no governo Getulista a criação dos ministérios da Educação e Saúde, Trabalho, Indústria e Comércio. São criadas Leis Trabalhistas, desde a regularização da jornada de trabalho máxima de oito horas até a implementação das férias anuais remuneradas. Todos esses benefícios concedidos a classe trabalhadora resultou na despolitização da mesma. Agora não era mais necessário lutar para ter as reivindicações atendidas. O Governo, ao perceber que poderia ter uma manifestação por parte dos trabalhadores, implementava uma lei afim de suprir as necessidades dos proletariados, mas sem deixá-los lutar por isso. Afinal, antes ser aquele que “deu de presente” algo moderado do que ser obrigado a vigorar uma lei radical. “Um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista. [...] Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo” (FAUSTO, 2009, p. 187). Por esses motivos que Getúlio leva o título de “Pai dos pobres e mãe dos ricos”.

Em meio a essa política de controle do proletariado, os sindicatos começaram a ser vinculados ao governo. Para o trabalhador ter acesso as mudanças na legislação, era necessário que sua classe estivesse com os sindicatos legalizados. Com a legalização, o governo implantava células de controle, sabendo das reivindicações e tendo assim um maior controle efetivo. O governo reservava também direitos “especiais” àqueles que pertenciam aos sindicatos regularizados, como a possibilidade da previdência social. Todo esse ambiente foi propiciando a despolitização dos pouco que o eram. Também é importante lembrar que Vargas mudou o cenário do trabalhador, mas apenas o urbano. O trabalhador rural permaneceu intocado; Vargas não queria compara briga com os grandes latifundiários.



A antecipação dos direitos sociais fazia com que os direitos não fossem vistos como tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora. (CARVALHO, 2009, p. 126)

Pós o governo Vargas tivemos outros políticos que marcaram a história como Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. A maioria manteve a política populista de Vargas; assim como a extensão do mandato aos trabalhadores apenas na área urbana.

Em 1964 o Brasil passa pelo Golpe Militar e fica no regime ditatorial até a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985. Foram 21 anos de opressão, censura e afastamento da população em relação à política. Durante da Ditadura Militar a política de concessão de direitos aos trabalhadores urbanos continuou. Não da mesma forma que fora com Getúlio, mas sim contido com a criação do FGTS, empregos e a propaganda do Milagre Econômico. Ao mesmo tempo intelectuais, políticos e a oposição eram perseguidos, torturados e mortos. A liberdade foi tirada. Ninguém mais tinha o poder de pensar por si. Era a tentativa de unificar o pensamento e ações da população de acordo com a vontade do Estado.

A avaliação dos governos militares, sob o ponto de vista da cidadania, tem, assim, que levar em conta a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momentos de restrição de direitos civis e políticos. (CARVALHO, 2009, p. 172)

Durante esse período, direitos políticos como o voto perderam sua real importância, banalizou-se. E foi assim, tirando o pouco que poderia existir de motivação política existente nos cidadãos que se acabou com o pouco de conceito de cidadania existente. O voto, em certa época, não existia, não se tinha liberdade e apenas algumas migalhas eram cedidas para que o povo não se rebelasse. A política do Pão e Circo foi totalmente implantada. O circo era o esporte, principalmente na época da Copa do Mundo de Futebol de 1970. O pão era o Milagre Econômico, período que

apresentou o Pleno Emprego e o aumento do poder de consumo da população. Passou-se a viver melhor, por que mudar? Não tinha a liberdade mas finalmente era possível comprar eletrodomésticos, fazer financiamentos e viver com o modelo de vida Norte Americano.

O governo deu ao povo o sonho de consumo, e em troca pediu a liberdade de pensamento, voto e a possível constituição de uma democracia plena. O povo aceitou a troca e carregamos essa herança até hoje. Nos dias atuais, é cidadão aquele que tem o poder do consumo.

A globalização da economia em ritmo acelerado provocaram, e continuam a provocar, mudanças importantes nas relações entre Estado, sociedade e nação, que eram o centro da nação e da prática da cidadania ocidental. O foco das mudanças está localizado em dois pontos: a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e do deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva. (CARVALHO, 2009, p. 225)

Chegamos à década de 90 com a implementação dos ideais do Estado Neoliberal. Mais mudanças na forma como é vista as necessidades básicas da população. O Estado transfere a responsabilidade da educação, segurança e saúde para a população. Atualmente com a expansão do neoliberalismo o Estado tem deixado de prover a totalidade dos direitos sociais repassando a iniciativa privada essa tarefa, nas áreas de saúde, saneamento básico e etc.

Não é só no Brasil que temos esse acontecimento, é algo global. O que diferencia esse processo aqui dos demais países como França, Inglaterra e Espanha é o amadurecimento do povo com relação as suas obrigações, deveres e direitos com relação do Estado. É o amadurecimento da sua função como cidadão. É querer o consumo mas ter em mente a política do país, ter uma cultura própria e apreciá-la. Ter intelectuais e artistas de vanguardas e dar seu devido valor a eles. Ter o senso do coletivo, saber que não está sozinho e que tem deveres perante sua comunidade.

Ser cidadão implica em receber seus direitos do governo, mas também de agir como tal. E agir como tal não é apenas votar, é fazer jus dos seus direitos sociais, políticos e lutar verdadeiramente pelo todo. É querer o consumo mas ter em mente a

política do país, ter uma cultura própria e apreciá-la. Ter intelectuais e artistas de vanguardas e dar seu devido valor a eles. Ter o senso do coletivo, saber que não está sozinho e que tem deveres perante sua comunidade. É ser parte de um todo.

## **A Linguagem Audiovisual**

Assim como qualquer meio de expressão, o cinema tem uma “linguagem”, uma gramática que faz com que o espectador entenda todos os fragmentos de imagens que estão na tela. Hoje estamos tão acostumados com essa linguagem audiovisual que não fazemos uma leitura de seus elementos, mas sim do total dentro do processo da catarse.

A primeira forma de se trabalhar a imagem para que ela seja exatamente o que o diretor quer são os tipos de planos usados durante a filmagem. Um plano geral para situar o espectador do tempo cronológico e local, a partir dessa premissa, o plano fechado vai de encontro com a ideia de dramatização. Afinal, no cinema o olhar do espectador é levado para onde e como o diretor quer.

Entre os planos temos o Plongée e Contra-plongée, que foram extremamente explorados por Orson Welles no longa *Cidadão Kane*. A palavra plongée vem do francês, e significa mergulhar, por isso a angulação Plongée é aquela acima da linha dos olhos do personagem, é como se a câmera fosse mergulhar e o personagem fosse um peixe. Vemos a personagem menor, deformada tendo os membros superiores maiores que os membros inferiores. Isso traz ao espectador a sensação de inferioridade, não capacidade. Já em contra partida, o Contra-Plongée seria a câmera saindo da água, localizada na linha dos joelhos. Vemos a personagem quase alcançar o céu, seus membros inferiores ficam maiores enquanto os superiores diminuem. Sentimos que essa pessoa tem o poder.

Outro recurso muito utilizado é câmera subjetiva, que nada mais é do que captar aquilo que a personagem estaria vendo e ouvindo. Esse recurso permite que o espectador seja levado para dentro da cabeça da personagem e participe mais ativamente da narração, uma vez que a câmera segue os instintos humanos.

Cabe ressaltar que o encaixe perfeito entre as imagens durante a edição pode criar uma lógica ou não. Como Eisestein já provou, a montagem é importante para se

chegar no produto final, sendo que, muitos editores dizem que uma boa edição pode salvar um filme ruim. O fato é que, sem perceber somos levados a ter certas reações e emoções.

(...) o corte de plano é um sistema de convenções que passa despercebido, levando-nos à aceitação de uma determinada ordem das coisas. A montagem psicológica é uma abstração, mas que imediatamente consideramos equivalente às abstrações que geralmente fazemos. (ANDREW, 1989, p. 163)

Para a criação de uma imagem, seja ela estática ou animada, um ponto importante é a fotografia. Segundo J. Dudley Andrew (1989, p. 22) “O cinema é a fotografia, mas fotografia elevada a uma unidade rítmica e que, em troca, tem o poder de gerar e ampliar nossos sonhos”. E nesse quesito entra tanto o enquadramento, profundidade de campo, tipo de iluminação, cores, foco entre outros. A profundidade de campo é essencial para a construção da imagem do filme, “pois ela força o espectador a usar sua liberdade de atenção e o obriga, ao mesmo tempo, a sentir a ambivalência da realidade” (ANDREW, 1989, p. 164).

A estética, composição e ideia de filme tem de ser compreendidas pelo espectador, que tem a câmera como sua janela para o mundo que está sendo apresentado. A pergunta que o diretor se faz é: como e o que quero que meu público veja? Não apenas pela estética e plasticidade, a fotografia ajuda a transmitir o conceito da história, junto do roteiro e a trilha sonora e todos os outros elementos.

Toda a linguagem audiovisual é colocada e usada na cena com um objetivo. Não necessariamente teremos esses elementos racionalizados em nossa mente, mas são eles que nos fazem entender a história de forma poética. Por isso é importante, para esse estudo, termos em mente a linguagem para que, a partir desse momento, tendo em vista a história da cidadania no país fazemos uma leitura crítica de Bye Bye Brasil, Central do Brasil e Tropa de Elite.

## **O progresso é estrangeiro**

Década de 70, o Brasil finalmente sente-se moderno. Brasília está se tornando realidade, o progresso vem com as multinacionais, o dinheiro estrangeiro entra como dívida e o mundo selvagem da Amazônia será domado com a Transamazônica. Cáca Diegues capturou esse momento no filme *Bye Bye Brasil*, de 1979, que tem como narrativa a vida de uma trupe de artistas que compõem a Caravana Rolidei, que roda o norte e nordeste se apresentando.

O dilema desses artistas é o começo da TV na vida da população carente, que deixa de frequentar os espetáculos. A vitrola substitui a música ao vivo e a TV o circo. “Vivemos um período de coisas que estão começando e coisas que estão terminando” diz um viajante para o Lord Cigano, o líder da trupe. São tantas as mudanças que a Amazônia torna-se a esperança do país para gerar riquezas. Os índios são retirados de sua cultura, obrigados a se inserir na “cultura branca” e se mostram mais politizados que muitas camadas da população. É a época em que se fala de levar o Brasil ao patamar de um país desenvolvido, como a Inglaterra, França e Alemanha.

Cacá Diegues é feliz em provar a religiosidade extrema dos que são esquecidos nas terras longínquas do Brasil. De mostrar um Brasil “rumo a modernidade” e uma outra face que ninguém conhece. Em comprovar como nós mesmo denegrimos a nossa cultura para valorizar a dos outros países ditos “desenvolvidos”. E finalmente, em provar como o governo provem a política social em algumas regiões, para que a rebelião não apareça e o trabalhador siga suas diretrizes.

## **A cidadania e a solidariedade**

Em 1998 é lançado *Central do Brasil*. Dirigido por Walter Salles, o filme conta a história de Dora, uma professora aposentada que escreve cartas para analfabetos na estação central do Brasil no Rio de Janeiro. Josué e sua mãe são um dos clientes, que escrevem ao pai o sonho do menino em conhecê-lo. Entretanto, um acidente mata a mãe e, mesmo contra a sua vontade, Dora acaba acolhendo o menino e levando-o para o nordeste em busca do seu pai.

A construção da solidariedade é uma tentativa neoliberal de transferir à responsabilidade do Estado a sociedade civil. Isso se prova com a morte da mãe do

garoto que faz Dora sair da sua rotina para ajudar Josué. É Dora quem pega o menino, leva para casa, pergunta se ele não tem parente no Rio de Janeiro. Sempre levada pelo sentimento de culpa. O Estado está ausente não somente na tutela de Josué, mas em todos os quesitos básicos dos direitos civis.

O diretor basicamente separou o filme em dois momentos, no Rio de Janeiro, onde Dora acha que tem controle de tudo e, a viagem para o Nordeste. Na metrópole, a fotografia é claustrofóbica, sem profundidade de campo, com a aproximação dos objetos em cena e assemelhando as pessoas a animais.

Já o segundo momento a plasticidade e estética explorada é completamente diferente. Conforme eles vão adentrando o sertão e o relacionamento entre as personagens começa a ficar mais afetuoso, temos mais escolhas de planos abertos, com profundidade de campo, maior distanciamento entre os elementos em cena e a cor “seca” aparece no filme.

A tese do filme prova-se na última cena quando no ônibus, voltando para o Rio de Janeiro, Dora escreve a primeira carta a Josué. Ela se mostra interessada em acompanhar o desenvolvimento do garoto, mostrando não só o laço que criaram como também a ausência do Estado na tutela dele e seus irmãos que esperam o retorno do pai, que Dora sabe que não voltará.

### **A legitimação da violência como em um jogo de videogame**

Em outubro de 2007 estreou *Tropa de Elite* dirigido por José Padilha. Criado no contexto político e econômico pós ano 2000 e com o roteiro baseado na vinda do Papa em 1997, o filme continua com a passagem da responsabilidade do Estado para a população. Desta vez, contudo, o Estado se intitula com a liberdade de ação para defender o bem maior: a segurança.

A fotografia traz todos os diálogos para o primeiro plano, afim de não deixar o público prestar atenção em outra coisa que não seja a fala. A maioria das cenas tem uma profundidade de campo rasa, assim como a visão que os personagens tem da política e economia do Brasil.

Dentro desse universo, a montagem faz com que nos percamos entre o mundo real e um “simples” jogo. A banalização da violência e do poder público, assim como a

desmoralização da própria polícia são extremamente explorados durante o filme.

O espectador é sempre levado a entrar no enredo. Seja pela câmera na mão ou pelas falas direcionadas a tela. O diretor força o público a se sentir comum à narrativa e aos personagens. O Capitão Nascimento narra o sistema dentro da polícia e, dá todos os motivos do mundo como o salário baixo ou porque a segurança da população vem em primeiro lugar, para aceitamos a cena final de execução. Cena essa feita em plongée com relação ao executor do BOPE e com efeito de sangue se espalhando pela tela, como em um jogo de vídeo game quando se encerra a missão. Temos assim a comprovação da legitimação da violência Estatal juto a opinião publica que a aceita conta o pobre.

### **Considerações finais**

Este trabalho procurou realizar uma análise critica sob a perspectiva da cidadania dos filmes *Bye Bye Brasil*, *Central do Brasil* e *Tropa de Elite*. Para isso foi preciso conceituar e entender a trajetória da cidadania no Brasil. A leitura dos textos demonstrou que a cidadania brasileira foi um processo longo, demorado e cheio de interrupções, uma vez que a democracia no Brasil no século XX sofreu vários revezes. O cinema, por sua vez, apresentou e representou as praticas da cidadania a partir de uma perspectiva ideológica das classes dominantes que muitas vezes viram a democracia e mesmo a cidadania como uma ameaça as políticas neoliberais na vida concreta e no audiovisual, que materializaram o exercício da exclusão das diferenças de classes étnicas e culturais.

### **Referências**

CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil*, 12ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

FAUSTO, Boris, *História Concisa do Brasil*, 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2009

EISENSTEIN, Sergei, *A Forma do Filme*, 2ª Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002

ANDREW, J. Dudley, *As Principais Teorias do Cinema, Uma Introdução*, 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

AGEL, Henri, *O Cinema*, 1ª Ed. Porto: Livraria Civilização, 1972

SKLAR, Robert, *Film An International History of the Medium*, 1ª Ed. New York: Harry N. Abrams, Inc, 1993

BYE Bye Brasil. Direção: Cacá Diegues. Produção: Luiz Carlos Barreto e Lucy Barreto. Roteiro: Cacá Diegues e Leopoldo Serran. [S.l.]: Lc Barreto: Embrafilmes, 1979. 1 DVD (102min), son., color.

CENTRAL do Brasil. Direção: Walter Salles Júnior. Produção: Martine de Clermont-Tonnerre e Arthur Conhn. Roteiro: Marcos Bernstein, João Emanuel Carneiro e Walter Salles Júnior. [S.l.]: Le Studio Canal: Rio Filme; MACT Production, 1998. 1 DVD (106min), son., color.

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha, Marcos Prado e Eliana Soárez. Roteiro: Bráulio Mantovani, José Padilha e Rodrigo Pimentel. [S.l.]: Zaza Filmes: LD Video, 2007. 1 DVD (120 min), son., color.

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia Transamaz%C3%B4nica](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodovia_Transamaz%C3%B4nica)> Acesso em 20/07/2011

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Bye Bye Brazil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bye_Bye_Brazil)> Acesso em 10/03/2011

<[http://www.centraldobrasil.com.br/fr\\_sin\\_p.htm](http://www.centraldobrasil.com.br/fr_sin_p.htm)> Acesso em 10/03/2011

<<http://www.tropadeeliteofilme.com.br/>> Acesso em 10/03/2011